

12 AGO 1987

Metamortose da Dívida *Setuna*

Toda a discussão sobre conversão de dívida externa em capital passa invariavelmente pelos seguintes pontos: 1 — quanto será convertido anualmente; 2 — quais os setores onde o dinheiro será aplicado pelo investidor estrangeiro; 3 — acompanhar ou não a conversão de dívida em capital pelo compromisso do ingresso de dinheiro novo; 4 — quem terá a palavra final e quem controlará o ingresso dos recursos.

Do saldo líquido de toda a discussão em torno do assunto tem sobrado até agora apenas um ponto: o Brasil deixou de figurar como uma área interessante para o capital estrangeiro. Os bancos, simplesmente, passaram a participar com mais ênfase dos lançamentos de ações das empresas que estão sendo privatizadas na Espanha, na França, na Grã-Bretanha, principalmente. Ou procuram o sudeste asiático e os Estados Unidos.

Apenas a título de exemplo, a Bolsa de Valores de Madri, em pleno regime socialista, recebeu no ano passado um saldo líquido de 1 bilhão de dólares para investimento em papéis espanhóis. O cenário no Brasil é de fuga líquida de capitais, que se estima hoje em perto de cem milhões de dólares. O processo de privatização de empresas na Grã-Bretanha envolve lançamentos de cerca de 5 bilhões de libras esterlinas por ano (cerca de 9 bilhões de dólares) com ativa procura dos papéis pelos investidores locais e estrangeiros. Na França, uma privatização como a da Saint Gobain teve os papéis procurados em montantes várias vezes superiores às disponibilidades.

A lentidão com que se amarram as decisões no Brasil simplesmente retarda a recuperação dos investimentos de que o país tanto necessita para gerar mais empregos. Hoje, há consenso em vários setores políticos sobre a importância da transformação de dívida em capital. O que não há é moldura. E não há porque o Governo acredita que a burocracia é mais sábia que o mercado para tomar decisões.

Os bancos estrangeiros são os maiores interessados em colocar seus haveres em investimentos seguros, e certamente não irão se valer do processo de conversão de dívida em capital para aplicações especulativas. Quanto mais descentralizado e livre for o sistema, maiores, provavelmente, serão os resultados.

A simples constituição de companhias de capital de risco para investimento poderá acelerar os lançamentos de ações novas de empresas que necessitem capital para crescer. Trata-se de beneficiar, ou não, o crescimento descentralizado da economia brasileira. O melhor caminho para o crescimento descentralizado é favorecer a capitalização através dos lançamentos de ações novas.

Na medida em que o governo, através da CVM e do Banco Central, mantenha um papel fiscalizador sobre o mercado de capitais, será fácil evitar a desnacionalização de setores estratégicos. O Brasil precisa aprender a viver sem a idéia fixa de que para dar qualquer passo à frente necessita uma lei, um regulamento ou uma circular nova.

A mesquinhez implícita nessa necessidade de leis e amarras é uma das explicações para o atraso relativo com que as idéias mais ágeis e interessantes caminham aqui ou no exterior. Muito provavelmente chegaremos com atraso ao processo de investimento em ativos fixos, pelo simples fato de que lá fora já se prenuncia uma nova alta nas taxas de juros, pela ameaça do recrudescimento da inflação. Assim, quando o capital estiver outra vez refluindo para o dinheiro caro, o Brasil chegará a um "modelo" para a conversão da dívida. Hoje, o que leva o dinheiro para as ações é — entre outros fatores, como o risco — a taxa de juros baixa nos principais mercados financeiros internacionais. Dormir no ponto significa perder o bonde da história. Uma especialidade na qual o Brasil vem se destacando ao som dos atabaques da xenofobia.